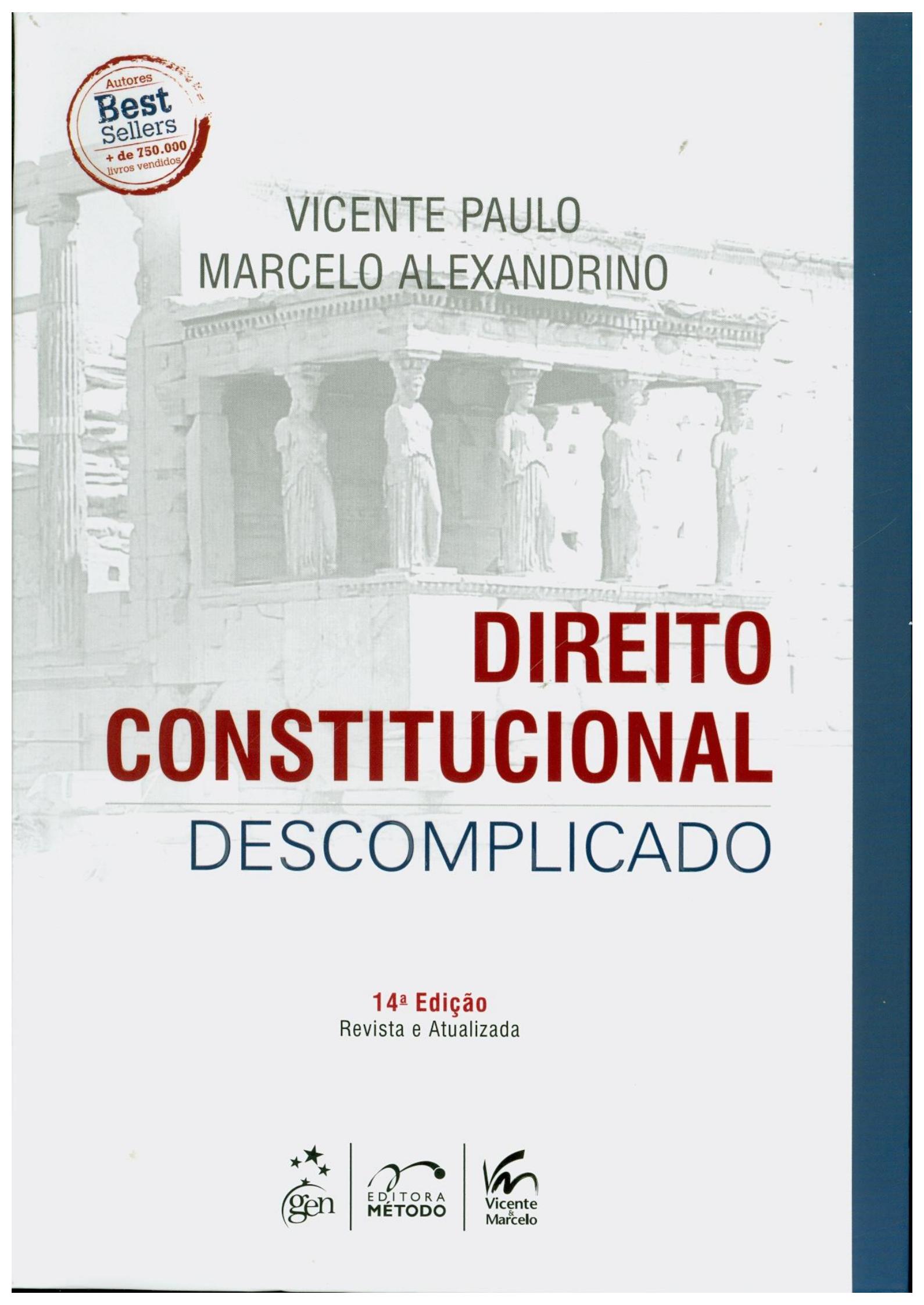




VICENTE PAULO
MARCELO ALEXANDRINO



DIREITO CONSTITUCIONAL DESCOMPLICADO

14^a Edição
Revista e Atualizada



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO	1
1. Origem e conteúdo do Direito Constitucional	1
1.1. Objeto do Direito Constitucional quanto ao foco de investigação	3
2. Constituição: noções iniciais, objeto e evolução	4
2.1. Constituição em sentido sociológico, político e jurídico	5
2.1.1. Constituição em sentido sociológico	6
2.1.2. Constituição em sentido político	6
2.1.3. Constituição em sentido jurídico	7
2.2. Constituição em sentido material e formal	8
3. Classificação das constituições	10
3.1. Quanto à origem	10
3.2. Quanto à forma	11
3.3. Quanto ao modo de elaboração	12
3.4. Quanto ao conteúdo	13
3.5. Quanto à estabilidade	17
3.6. Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico)	20
3.7. Quanto à extensão	21
3.8. Quanto à finalidade	22
3.9. Outras classificações	23
4. Breve resumo das constituições do Brasil	26
4.1. A Constituição do Império (1824)	26
4.2. A primeira Constituição Republicana (1891)	27
4.3. A Constituição de 1934	28
4.4. A Constituição do Estado Novo (1937)	28
4.5. A Constituição de 1946	29
4.6. A Constituição de 1967	30

4.7. A Constituição de 1969 (Emenda 1 à Constituição de 1967)	30
4.8. A Constituição de 1988	31
5. Classificação e estrutura da Constituição Federal de 1988	33
5.1. Preambulo	33
5.2. Parte dogmática da Constituição de 1988	35
5.3. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	36
5.4. “Elementos da Constituição”	37
6. Entrada em vigor de uma nova Constituição	38
6.1. <i>Vacatio Constitutionis</i>	38
6.2. Retroatividade mínima	39
6.3. Entrada em vigor da nova Constituição e a Constituição pretérita	41
6.3.1. Desconstitucionalização	42
6.4. Direito ordinário pré-constitucional	43
6.4.1. Direito ordinário pré-constitucional incompatível	43
6.4.1.1. Inconstitucionalidade superveniente	44
6.4.2. Direito ordinário pré-constitucional compatível	46
6.4.3. Direito ordinário pré-constitucional não vigente	54
6.4.4. Direito ordinário em período de <i>vacatio legis</i>	55
6.5. Controle de constitucionalidade do direito pré-constitucional	56
7. Classificação das normas constitucionais quanto ao grau de eficácia e aplicabilidade	59
7.1. Classificação de José Afonso da Silva	60
7.1.1. Normas de eficácia plena	60
7.1.2. Normas de eficácia contida	60
7.1.3. Normas de eficácia limitada	63
7.1.4. Eficácia das normas programáticas	65
7.2. Classificação de Maria Helena Diniz	66
8. Interpretação da Constituição	68
8.1. Correntes interpretativas e não interpretativas	68
8.2. Métodos de interpretação	69
8.2.1. O método jurídico (método hermenêutico clássico)	69
8.2.2. O método tópico-problemático	70
8.2.3. O método hermenêutico-concretizador	70
8.2.4. O método científico-espiritual	71
8.2.5. O método normativo-estruturante	72

8.2.6. A interpretação comparativa	72
8.3. Princípios de interpretação	72
8.3.1. Princípio da unidade da Constituição	73
8.3.2. Princípio do efeito integrador	73
8.3.3. Princípio da máxima efetividade	74
8.3.4. Princípio da justeza	74
8.3.5. Princípio da harmonização	74
8.3.6. Princípio da força normativa da Constituição	75
8.3.7. Interpretação conforme a Constituição	75
8.4. Teoria dos poderes implícitos	76

CAPÍTULO 2**PODER CONSTITUINTE**

1. Conceito	79
2. Titularidade	80
3. Formas de exercício	80
4. Espécies	82
4.1. Poder constituinte originário	82
4.2. Poder constituinte derivado	86
4.3. Poder constituinte difuso	88
4.4. Poder constituinte supranacional	88

CAPÍTULO 3**PRINCÍPIOS, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

1. Princípios fundamentais	91
2. Direitos e garantias fundamentais – teoria geral e regime jurídico	97
2.1. Origem	97
2.2. Os quatro <i>status</i> de Jellinek	98
2.3. Distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais	99
2.4. Distinção entre direitos e garantias	100
2.5. Características	100
2.6. Dimensões objetiva e subjetiva	102
2.7. Classificação	102
2.8. Destinatários	105
2.9. Relações privadas	106

2.10. Natureza relativa	109
2.11. Restrições legais	109
2.12. Conflito (ou colisão)	110
2.13. Renúncia	111
3. Os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988 – Aspectos gerais	112
3.1. Aplicabilidade imediata	113
3.2. Enumeração aberta e interpretação	114
3.3. Restrições e suspensões admitidas constitucionalmente	116
3.4. Tratados e convenções internacionais com força de emenda constitucional	117
3.5. Tribunal Penal Internacional	118
4. Direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988 (art. 5.º)	120
4.1. Direito à vida	121
4.2. Direito à liberdade	122
4.3. Princípio da igualdade (art. 5.º, <i>caput</i> , e inciso I)	123
4.4. Princípio da legalidade (art. 5.º, II)	127
4.5. Liberdade de expressão (art. 5.º, IV, V, IX, XIV)	131
4.6. Liberdade de crença religiosa e convicção política e filosófica (art. 5.º, VI, VII, VIII)	136
4.7. Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (art. 5.º, X)	138
4.8. Inviolabilidade domiciliar (art. 5.º, XI)	140
4.9. Inviolabilidade das correspondências e comunicações (art. 5.º, XII)	141
4.10. Liberdade de atividade profissional (art. 5.º, XIII)	145
4.11. Liberdade de reunião (art. 5.º, XVI)	146
4.12. Liberdade de associação (art. 5.º, XVII a XIX)	148
4.13. Representação processual <i>versus</i> substituição processual (art. 5.º, XXI e LXX; art. 8.º, III)	149
4.14. Direito de propriedade (art. 5.º, XXII a XXXI)	151
4.15. Desapropriação (art. 5.º, XXIV)	155
4.16. Requisição administrativa (art. 5.º, XXV)	158
4.17. Defesa do consumidor (art. 5.º, XXXII)	159
4.18. Direito de informação (art. 5.º, XXXIII)	160
4.19. Direito de petição (art. 5.º, XXXIV, “a”)	160

4.20. Direito de certidão (art. 5.º, XXXIV, “b”)	162
4.21. Princípio da inafastabilidade de jurisdição (art. 5.º, XXXV)	163
4.22. Proteção ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito (art. 5.º, XXXVI)	166
4.22.1. Relativização da coisa julgada	169
4.23. Juízo natural (art. 5.º, XXXVII e LIII)	171
4.24. Júri popular (art. 5.º, XXXVIII)	172
4.25. Princípio da legalidade penal e da retroatividade da lei penal mais favorável (art. 5.º, XXXIX e XL)	174
4.26. Vedações ao racismo (art. 5.º, XLII)	178
4.27. Tortura, tráfico de entorpecentes, terrorismo, crimes hediondos e ação de grupos armados contra a ordem constitucional (art. 5.º, XLIII e XLIV)	179
4.28. Pessoalidade da pena (art. 5.º, XLV)	180
4.29. Princípio da individualização da pena; penas admitidas e penas vedadas (art. 5.º, XLVI e XLVII)	181
4.30. Extradição (art. 5.º, LI e LII)	182
4.30.1. Procedimento	185
4.31. Devido processo legal (art. 5.º, LIV)	187
4.31.1. Princípio da razoabilidade ou proporcionalidade	188
4.32. Contradictório e ampla defesa (art. 5.º, LV)	190
4.32.1. Ampla defesa e duplo grau de jurisdição	192
4.33. Vedações à prova ilícita (art. 5.º, LVI)	194
4.34. Princípio da presunção da inocência (art. 5.º, LVII)	197
4.35. Identificação criminal do civilmente identificado (art. 5.º, LVIII)	199
4.36. Ação penal privada subsidiária da pública (art. 5.º, LIX)	200
4.37. Hipóteses constitucionais em que é possível a prisão (art. 5.º, LXI, LXVI)	202
4.38. Direito à não autoincriminação e outros direitos do preso (art. 5.º, LXII, LXIII, LXIV e LXV)	203
4.39. Prisão civil por dívida (art. 5.º, LXVII)	205
4.40. Assistência jurídica gratuita (art. 5.º, LXXIV)	208
4.41. Indenização por erro judiciário e excesso na prisão (art. 5.º, LXXV)	211
4.42. Gratuidade do Registro Civil de Nascimento e da Certidão de Óbito (art. 5.º, LXXVI)	212
4.43. Celeridade processual (art. 5.º, LXXVIII)	212

4.44. <i>Habeas corpus</i> (art. 5.º, LXVIII)	213
4.44.1. Ofensa indireta ao direito de locomoção	216
4.44.2. Descabimento	217
4.45. Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX e LXX)	219
4.45.1. Natureza jurídica	219
4.45.2. Cabimento	219
4.45.3. Descabimento	220
4.45.4. Direito líquido e certo	221
4.45.5. Legitimação ativa	222
4.45.6. Legitimação passiva	222
4.45.7. Medida liminar	223
4.45.8. Vedaçāo à concessão de medida liminar	224
4.45.9. Prazo para impetração	225
4.45.10. Competência	225
4.45.11. Recursos	226
4.45.12. Duplo grau de jurisdição	227
4.45.13. Pagamento a servidor	227
4.45.14. Descabimento de honorários advocatícios	228
4.45.15. Desistência	228
4.45.16. Mandado de segurança coletivo	228
4.46. Mandado de injunção	230
4.46.1. Mandado de injunção <i>versus ADI</i> por omissão	231
4.46.2. Cabimento	232
4.46.3. Descabimento	235
4.46.4. Legitimação	235
4.46.5. Eficácia da decisão	236
4.47. <i>Habeas data</i>	240
4.48. Ação popular	242
4.48.1. Objeto	244
4.48.2. Competência	245
5. Direitos Sociais	246
5.1. Noções	246
5.2. Enumeraçāo constitucional dos direitos sociais individuais dos trabalhadores (art. 7.º)	249
5.3. Direitos sociais coletivos dos trabalhadores (arts. 8.º a 11)	257
5.4. A problemática da concretização dos direitos sociais: <i>reserva do possível, garantia do mínimo existencial</i> e implementação de políticas públicas pelo Poder Judiciário	258

5.5. Direitos sociais e o princípio da proibição de retrocesso social (<i>effet cliquet</i>)	264
6. Nacionalidade	265
6.1. Noções	265
6.2. Espécies de nacionalidade	267
6.3. Critérios de atribuição de nacionalidade	267
6.4. Brasileiros natos (aquisição originária)	267
6.5. Brasileiros naturalizados (aquisição secundária)	270
6.6. Portugueses residentes no Brasil	272
6.7. Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado ...	272
6.8. Perda da nacionalidade	273
6.9. Dupla nacionalidade	273
7. Direitos políticos	274
7.1. Noções	274
7.2. Direito ao sufrágio	275
7.3. Capacidade eleitoral ativa	276
7.4. Plebiscito e referendo	278
7.5. Capacidade eleitoral passiva	278
7.6. Inelegibilidades	280
7.6.1. Inelegibilidade absoluta	280
7.6.2. Inelegibilidade relativa	280
7.6.2.1. Motivos funcionais	281
7.6.2.2. Motivos de casamento, parentesco ou afinidade	284
7.6.2.3. Condição de militar	286
7.6.2.4. Previsões em lei complementar	287
7.7. Privaçāo dos direitos políticos	288
7.8. Princípio da anterioridade eleitoral	289

CAPÍTULO 4**ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA** 291

1. Introdução	291
2. Formas de Estado	291
3. Formas de governo	294
4. Sistemas de governo	295

5. Regimes de governo	298
6. A Federação na Constituição de 1988	299
6.1. União	306
6.2. Estados-membros	307
6.2.1. Auto-organização e autolegislação	307
6.2.2. Autogoverno	308
6.2.3. Autoadministração	311
6.2.4. Vedações ao poder constituinte decorrente	312
6.3. Municípios	319
6.4. Distrito Federal	323
6.5. Territórios Federais	325
6.6. Formação dos estados	327
6.7. Formação dos municípios	330
6.8. Formação dos Territórios Federais	332
6.9. Vedações constitucionais aos entes federados	332
7. Intervenção federal	334
7.1. Intervenção federal espontânea	335
7.2. Intervenção federal provocada	336
7.3. Decreto interventivo	341
7.4. Controle político	342
7.5. Controle jurisdicional	343
8. Intervenção nos municípios	343

CAPÍTULO 5**REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

1. Noções	345
1.1. Modelos de repartição	345
1.2. Espécies de competências	346
1.3. Técnica adotada pela Constituição Federal de 1988	348
2. Competências da União	351
3. Competência comum	358
4. Competência legislativa concorrente	359
5. Competências dos Estados	365
6. Competências do Distrito Federal	366
7. Competências dos municípios	367

CAPÍTULO 6
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Noções introdutórias	371
2. Princípios administrativos	374
3. Normas constitucionais sobre organização da administração pública	381
4. Normas constitucionais sobre ingresso no serviço público	384
5. Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos agentes públicos	398
5.1. Noções gerais	398
5.2. Direito de associação sindical dos servidores públicos	401
5.3. Direito de greve dos servidores públicos	402
5.4. Regras constitucionais pertinentes à remuneração dos agentes públicos	403
5.4.1. Fixação da remuneração e revisão geral anual	405
5.4.2. Limites de remuneração dos servidores públicos	407
5.4.3. Irredutibilidade dos vencimentos e subsídios	412
5.5. Vendação à acumulação de cargos, empregos e funções públicos	413
5.6. Disposições constitucionais relativas aos servidores em exercício de mandatos eletivos	415
5.7. Estabilidade	416
5.8. Extensão aos servidores públicos de direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores da iniciativa privada	418
5.9. Regime de previdência dos servidores públicos	421
6. Administração tributária	435
7. Obrigatoriedade de licitar	436
8. Responsabilidade civil da administração pública	439

CAPÍTULO 7**PODER LEGISLATIVO**

1. Tripartição de poderes	443
2. Funções	448
3. Composição	449
3.1. Congresso Nacional	449
3.2. Câmara dos Deputados	451

3.2.1. Sistema proporcional	453
3.2.2. Fidelidade partidária	457
3.3. Senado Federal	458
4. Órgãos	459
4.1. Mesas diretoras	459
4.2. Comissões	461
4.2.1. Comissões parlamentares de inquérito	464
4.2.1.1. Criação	465
4.2.1.2. Poderes de investigação	468
4.2.1.3. Direitos dos depoentes	470
4.2.1.4. Competência	472
4.2.1.5. Incompetência	474
4.2.1.6. Controle judicial	477
4.2.1.7. Publicidade	478
4.3. Plenário	479
5. Reuniões	480
6. Atribuições	482
6.1. Atribuições do Congresso Nacional	482
6.2. Atribuições da Câmara dos Deputados	485
6.3. Atribuições do Senado Federal	488
6.4. Convocação e pedidos de informação a Ministro de Estado	491
7. Estatuto dos congressistas	492
7.1. Imunidades	493
7.1.1. Imunidade material	493
7.1.2. Imunidade formal	497
7.2. Foro especial em razão da função	502
7.3. Afastamento do Poder Legislativo	504
7.4. Desobrigação de testemunhar	505
7.5. Incorporação às Forças Armadas	506
7.6. Subsistência das imunidades	507
7.7. Incompatibilidades	507
7.8. Perda do mandato	508
7.9. Renúncia ao mandato	511
7.10. Manutenção do mandato	512
7.11. Deputados estaduais, distritais e vereadores	513

8. Tribunais de Contas	514
8.1. Tribunal de Contas da União	514
8.2. Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais	523
CAPÍTULO 8	
PROCESSO LEGISLATIVO	527
1. Conceito	527
2. Classificação	528
3. Processo legislativo ordinário	529
3.1. Fase introdutória	529
3.1.1. Espécies de iniciativa	530
3.1.2. Iniciativa e Casa iniciadora	532
3.1.3. Iniciativa popular	532
3.1.4. Iniciativa privativa do Chefe do Executivo	533
3.1.5. Iniciativa dos tribunais do Poder Judiciário	534
3.1.6. Iniciativa em matéria tributária	535
3.1.7. Iniciativa da lei de organização do Ministério Públí-co	536
3.1.8. Iniciativa da lei de organização dos Tribunais de Contas	537
3.1.9. Prazo para exercício de iniciativa reservada	538
3.1.10. Iniciativa privativa e emenda parlamentar	538
3.1.11. Vício de iniciativa e sanção	539
3.2. Fase constitutiva	540
3.2.1. Abolição da aprovação por decurso de prazo	540
3.2.2. Atuação prévia das comissões	541
3.2.3. Deliberação plenária	542
3.2.4. Irrepetibilidade (relativa) de matéria rejeitada	545
3.2.5. Aprovação definitiva pelas comissões	546
3.2.6. Sanção	546
3.2.7. Veto	548
3.3. Fase complementar	553
3.3.1. Promulgação	553
3.3.2. Publicação	554
4. Procedimento legislativo sumário	556
5. Lei Ordinária	557
6. Lei Complementar	558

7. Processos legislativos especiais	560
7.1. Emendas à Constituição	560
7.2. Medidas provisórias	561
7.2.1. Desnecessidade de convocação extraordinária	562
7.2.2. Limitações materiais	562
7.2.3. Procedimento legislativo	564
7.2.4. Prazo de eficácia	567
7.2.5. Trancamento de pauta	567
7.2.6. Trancamento subsequente de pauta	568
7.2.7. Perda de eficácia	569
7.2.8. Apreciação plenária	573
7.2.9. Conversão parcial	574
7.2.10. Reedição	575
7.2.11. Medida provisória e impostos	577
7.2.12. Art. 246 da Constituição Federal	578
7.2.13. Medidas provisórias anteriores à EC 32/2001	579
7.2.14. Retirada	580
7.2.15. Revogação	581
7.2.16. Efeitos da medida provisória sobre lei pretérita	582
7.2.17. Apreciação judicial dos pressupostos constitucionais	583
7.2.18. Medida provisória <i>versus</i> lei delegada	584
7.2.19. Medida provisória nos estados-membros	585
7.3. Leis delegadas	586
7.4. Decretos legislativos	590
7.5. Resoluções	590
8. Processo legislativo nos estados-membros e municípios	592
9. Relação hierárquica entre as espécies normativas	593
9.1. Tratados internacionais e suas relações com as demais espécies normativas	602
10. Controle judicial do processo legislativo	604

CAPÍTULO 9

MODIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	609
1. Introdução	609
2. Mutação e reforma	610
2.1. Revisão constitucional	612

2.2. Emenda à Constituição	616
3. Limitações ao poder de reforma	617
3.1. Limitações temporais	618
3.2. Limitações circunstanciais	619
3.3. Limitações processuais ou formais	620
3.3.1. Limitações processuais ligadas à apresentação da proposta de emenda à Constituição	620
3.3.1.1. Ausência de participação dos municípios	621
3.3.1.2. Ausência de iniciativa popular	621
3.3.1.3. Ausência de iniciativa reservada	621
3.3.2. Limitações processuais ligadas à deliberação sobre a proposta de emenda à Constituição	622
3.3.2.1. Ausência de “Casa revisora”	623
3.3.2.2. Alteração substancial	624
3.3.2.3. Inexistência de interstício mínimo entre os turnos de votação	625
3.3.3. Limitações processuais ligadas à promulgação da emenda	626
3.3.3.1. Ausência de sanção ou voto	626
3.3.4. Limitações processuais ligadas à vedação de reapreciação de proposta rejeitada ou havida por prejudicada	627
3.4. Limitações materiais	627
3.4.1. A expressão “não será objeto de deliberação”	629
3.4.2. A expressão “tendente a abolir”	630
3.4.3. Cláusula pétrea e “os direitos e garantias individuais”	632
3.4.4. Vedações à “dupla revisão”	633
4. Controle judicial do Processo Legislativo de emenda	635
5. Controle judicial de emenda promulgada	637
6. Aplicabilidade imediata das emendas constitucionais (retroatividade mínima)	638
6.1. Emenda constitucional e direito adquirido	639
7. Reforma da Constituição estadual	639
CAPÍTULO 10	
PODER EXECUTIVO	641
1. Noção de presidencialismo	641
2. Funções	643

3. Investidura	643
4. Impedimentos e vacância	647
4.1. Sucessão do Chefe do Executivo no caso de dupla vacância determinada pela Justiça Eleitoral	648
5. Atribuições	651
5.1. Poder regulamentar	654
6. Vice-presidente da República	656
7. Ministros de Estado	657
7.1. Atribuições	657
7.2. Responsabilização dos Ministros de Estado	658
8. Órgãos consultivos	659
9. Responsabilização do Presidente da República	661
9.1. Crimes de responsabilidade	661
9.2. Crimes comuns	665
9.2.1. Imunidades	666
9.2.2. Prerrogativa de foro	668
10. Governadores de Estado	670
 CAPÍTULO 11 PODER JUDICIÁRIO	673

1. Introdução	673
2. Órgãos do Poder Judiciário	676
3. Funções típicas e atípicas	679
4. Garantias do Poder Judiciário	679
5. Organização da carreira	682
6. Garantias aos magistrados	684
7. Vedações	686
8. Subsídios dos membros do Poder Judiciário	687
9. Conselho Nacional de Justiça	688
10. Criação de órgão de controle administrativo pelos estados-membros	695
11. Supremo Tribunal Federal	696
11.1. Competências	697
11.2. Preservação das competências do STF e da autoridade de suas decisões	704

12. Superior Tribunal de Justiça	706
12.1. Competências	707
13. Justiça Federal	710
14. Justiça do Trabalho	714
15. Justiça Eleitoral	718
16. Justiça Militar	720
17. Justiça Estadual	722
18. Justiça do Distrito Federal	723
19. Justiça dos Territórios	723
20. “Quinto Constitucional”	724
21. Julgamento de autoridades	725
22. Precatórios judiciais	730
22.1. Exceção ao regime de precatórios	730
22.2. Ordem de pagamento	731
22.3. Atualização monetária e juros	732
22.4. Sequestro de valor	733
22.5. Decretação de intervenção	733
22.6. Vedações ao fracionamento	734
22.7. Uso e cessão de valor consignado em precatório	735
22.8. Declaração de inconstitucionalidade pelo STF	735

CAPÍTULO 12
FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1. Introdução	737
2. Ministério Público	738
2.1. Composição	738
2.2. Posição constitucional	739
2.3. Princípios do Ministério Público	740
2.3.1. Princípio da unidade	740
2.3.2. Princípio da indivisibilidade	740
2.3.3. Princípio da independência funcional	740
2.3.4. Autonomia administrativa e financeira	741
2.3.5. Princípio do promotor natural	742
2.4. Funções do Ministério Público	743
2.4.1. Atuação do Procurador-Geral da República	745

2.5. Ingresso na carreira	747
2.6. Nomeação dos Procuradores-Gerais	747
2.7. Garantias dos membros	749
2.8. Vedações constitucionais	749
2.9. Conselho Nacional do Ministério Pùblico	750
2.10. Ministério Pùblico junto aos tribunais de contas	752
2.11. Prerrogativa de foro	754
2.12. Atuação perante o Supremo Tribunal Federal	755
2.13. Ação civil pùblica	755
2.13.1. Introdução	755
2.13.2. Objeto da ação civil pùblica	756
2.13.3. Restrições ao uso da ação civil pùblica	757
2.13.4. Partes na ação civil pùblica	759
2.13.5. Atuação do Ministério Pùblico na ação civil pùblica	759
2.13.6. Responsabilidade do réu	760
2.13.7. Sentença	761
2.13.8. Inquérito civil e ação civil pùblica	761
2.13.9. Ação civil pùblica e ação popular	762
3. Advocacia pùblica	763
4. Advocacia	765
5. Defensoria Pùblica	770

CAPÍTULO 13

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	773
1. Introdução	773
2. Presunção de constitucionalidade das leis	776
3. Conceito e espécies de inconstitucionalidades	777
3.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão	779
3.2. Inconstitucionalidade material e formal	780
3.3. Inconstitucionalidade total e parcial	782
3.3.1. Declaração parcial de nulidade sem redução de texto e interpretação conforme a Constituição	784
3.4. Inconstitucionalidade direta e indireta	787
3.5. Inconstitucionalidade originária e superveniente	788

3.6. Inconstitucionalidade circunstancial	789
3.7. Inconstitucionalidade “chapada”, “enlouquecida”, “desvairada”	790
4. Sistemas de controle	790
5. Modelos de controle	791
6. Vias de ação	792
7. Momento do controle	794
8. Histórico do controle de constitucionalidade no Brasil	794
8.1. A Constituição de 1824	795
8.2. A Constituição de 1891	795
8.3. A Constituição de 1934	796
8.4. A Constituição de 1937	797
8.5. A Constituição de 1946	797
8.6. A Emenda Constitucional 16/1965	798
8.7. A Constituição de 1967/1969	798
8.8. A Constituição de 1988	799
9. Jurisdição constitucional	802
10. Fiscalização não jurisdicional	805
10.1. Poder Legislativo	806
10.2. Poder Executivo	810
10.3. Tribunais de contas	812
11. Controle difuso	812
11.1. Introdução	812
11.2. Legitimação ativa	814
11.3. Espécies de ações judiciais	814
11.4. Competência	816
11.4.1. Declaração da inconstitucionalidade pelos tribunais – a reserva de plenário	816
11.5. Parâmetro de controle	820
11.6. Recurso extraordinário	820
11.7. Efeitos da decisão	824
11.8. Atuação do Senado Federal	825
11.9. Súmula vinculante	829
11.9.1. Iniciativa	831
11.9.2. Atuação do Procurador-Geral da República	832

11.9.3.	Manifestação de terceiros	833
11.9.4.	Requisitos	833
11.9.5.	Deliberação	834
11.9.6.	Início da eficácia	834
11.9.7.	Descumprimento	835
11.9.8.	Súmulas anteriores à EC 45/2004	836
12.	Controle abstrato	836
12.1.	Introdução	836
12.2.	Ação direta de constitucionalidade	838
12.2.1.	Conceito	838
12.2.2.	Legitimização ativa	839
12.2.3.	Objeto	844
12.2.4.	Parâmetro de controle	851
12.2.5.	Causa de pedir aberta	854
12.2.6.	Petição inicial	856
12.2.7.	Imprescritibilidade	856
12.2.8.	Impossibilidade de desistência	857
12.2.9.	Pedido de informações	857
12.2.10.	Suspeição e impedimento de Ministro	859
12.2.11.	Impossibilidade de intervenção de terceiros	859
12.2.12.	Admissibilidade de <i>amicus curiae</i>	861
12.2.13.	Atuação do Advogado-Geral da União	864
12.2.14.	Atuação do Procurador-Geral da República	865
12.2.15.	Atuação do relator na instrução do processo	867
12.2.16.	Medida cautelar em ADI	868
12.2.17.	Decisão de mérito	874
12.2.17.1.	Deliberação	874
12.2.17.2.	Natureza dúplice ou ambivalente	875
12.2.17.3.	Efeitos da decisão	876
12.2.17.4.	Modulação dos efeitos temporais	881
12.2.17.5.	Definitividade da decisão de mérito	886
12.2.17.6.	Limites da eficácia retroativa	886
12.2.17.7.	Transcendência dos motivos determinantes	887
12.2.17.8.	Inconstitucionalidade “por arrastamento”	891
12.2.17.9.	Momento da produção de efeitos	893

12.2.17.10.	Breve resumo do procedimento de ADI perante o STF	893
12.3.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	895
12.3.1.	Introdução	895
12.3.2.	Legitimização ativa	896
12.3.3.	Legitimização passiva	897
12.3.4.	Objeto	898
12.3.5.	Procedimento	899
12.3.6.	Atuação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República	900
12.3.7.	Concessão de medida cautelar	900
12.3.8.	Efeitos da decisão de mérito	901
12.3.9.	ADO <i>versus</i> mandado de injunção	902
12.4.	Ação declaratória de constitucionalidade	903
12.4.1.	Introdução	903
12.4.2.	Principais aspectos comuns	905
12.4.3.	Objeto	906
12.4.4.	Relevante controvérsia judicial	907
12.4.5.	Pedido de informações aos órgãos elaboradores da norma	908
12.4.6.	Medida cautelar	908
12.4.7.	Não atuação do Advogado-Geral da União	910
12.5.	Arguição de descumprimento de preceito fundamental	910
12.5.1.	Introdução	910
12.5.2.	A arguição autônoma e a arguição incidental	912
12.5.3.	Objeto da ADPF e conteúdo do pedido	914
12.5.4.	Preceito fundamental	918
12.5.5.	Subsidiariedade da ADPF	920
12.5.6.	Competência e legitimização	922
12.5.7.	Petição inicial e procedimento	923
12.5.8.	Medida liminar	924
12.5.9.	Decisão	925
12.6.	Representação intervintiva	931
12.7.	Controle abstrato nos estados	935
12.7.1.	Introdução	935
12.7.2.	Competência	936
12.7.3.	Legitimização	936

12.7.4. Defesa da norma impugnada	938
12.7.5. Parâmetro de controle	939
12.7.6. Inconstitucionalidade do parâmetro de controle estadual	940
12.7.7. Simultaneidade de ações diretas	941
12.7.8. Recurso extraordinário contra decisão de ADI estadual	944
12.7.9. Distrito Federal	947
12.7.10. Representação intervintiva	947

CAPÍTULO 14**DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS** ... 949

1. Introdução	949
2. Estado de defesa	950
2.1. Pressupostos	951
2.2. Prazo	952
2.3. Abrangência	952
2.4. Medidas coercitivas	952
2.5. Controle	953
3. Estado de sítio	954
3.1. Pressupostos	955
3.2. Duração	956
3.3. Abrangência	956
3.4. Medidas coercitivas	957
3.5. Controle	958
4. Forças Armadas	961
5. Segurança pública	965

CAPÍTULO 15**FINANÇAS PÚBLICAS** 971

1. Normas gerais	971
2. Orçamentos	973
2.1. Princípios constitucionais orçamentários	973
2.1.1. Princípio da anualidade	973
2.1.2. Princípio da universalidade	973

2.1.3. Princípio do orçamento bruto	974
2.1.4. Princípio da unidade	974
2.1.5. Princípio da exclusividade	974
2.1.6. Princípio da quantificação dos créditos orçamentários	975
2.1.7. Princípio da especificação	975
2.1.8. Princípio da publicidade	975
2.1.9. Princípio da legalidade	975
2.1.10. Princípio da não afetação	975
2.1.11. Princípio da programação	976
2.1.12. Princípio da clareza	976
2.1.13. Princípio do equilíbrio orçamentário	976
2.1.14. Princípio da proibição do estorno	976
2.2. Leis orçamentárias	977
2.2.1. Plano plurianual (PPA)	978
2.2.2. Lei de diretrizes orçamentárias (LDO)	979
2.2.3. Lei orçamentária anual (LOA)	980
2.3. Lei complementar sobre matéria orçamentária	981
2.4. Processo legislativo das leis orçamentárias	982
2.4.1. Emendas aos projetos de leis orçamentárias	983
2.5. Vedações constitucionais	984
2.6. Créditos adicionais	987
2.7. Limites para despesa com pessoal	988

CAPÍTULO 16**ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA** 991

1. Introdução	991
2. Meios de atuação do Estado na área econômica	994
3. A ordem econômica e financeira na Constituição de 1988	995
3.1. Fundamentos e princípios gerais da atividade econômica ..	995
3.1.1. Fundamentos: livre-iniciativa e valorização do trabalho humano	996
3.1.2. Princípios básicos da ordem econômica	997
3.1.2.1. Soberania nacional	997
3.1.2.2. Propriedade privada e sua função social ..	998
3.1.2.3. Livre concorrência	999

3.1.2.4. Defesa do consumidor	1000
3.1.2.5. Defesa do meio ambiente	1001
3.1.2.6. Redução das desigualdades regionais e sociais e busca do pleno emprego	1003
3.1.3. Liberdade de exercício de atividades econômicas ...	1004
3.2. Atuação do Estado como agente econômico em sentido estrito	1006
3.3. Atuação do Estado como prestador de serviços públicos ...	1010
3.4. Atuação do Estado como agente econômico, em regime de monopólio	1014
3.5. Atuação do Estado como agente regulador	1016
3.6. Exploração de recursos minerais e potenciais de energia hidráulica	1018
3.7. Política urbana	1020
3.8. Política agrícola e fundiária, e reforma agrária	1022
3.9. Sistema Financeiro Nacional	1025

CAPÍTULO 17**ORDEM SOCIAL**

1027	
1. Seguridade social	1027
1.1. Saúde (arts. 196 a 200)	1030
1.2. Previdência social (arts. 201 e 202)	1032
1.2.1. Regras para aposentadoria	1034
1.2.2. Regra de transição de aposentadoria voluntária integral	1034
1.2.3. Regra de transição de aposentadoria voluntária proporcional	1035
1.2.4. Regra de transição para professor	1035
1.2.5. Regime de previdência privada complementar	1035
1.3. Assistência social (arts. 203 e 204)	1036
2. Educação (arts. 205 a 214)	1037
2.1. Princípios constitucionais do ensino	1038
2.2. Autonomia das universidades	1038
2.3. Deveres do Estado em relação ao ensino	1039
2.4. Participação da iniciativa privada	1039
2.5. Fixação de conteúdo	1040

2.6. Organização dos sistemas de ensino	1040
2.7. Aplicação de recursos na educação	1041
2.8. Plano nacional de educação	1042
3. Cultura (arts. 215 e 216)	1042
4. Desporto (art. 217)	1044
5. Ciência e tecnologia (arts. 218 e 219)	1045
6. Comunicação social (arts. 220 a 224)	1045
6.1. Comunicação social e liberdade de informação	1046
6.2. Regras acerca dos meios de comunicação e programação	1047
6.3. Participação do capital estrangeiro	1048
6.4. Controle do legislativo e delegação	1048
7. Meio ambiente (art. 225)	1048
8. Proteção à família, à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso ...	1050
9. Índios	1055
BIBLIOGRAFIA	1057